▶continuação

à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. **• Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.017	2.016
Fundo Fixo	2.800	2.500
Banco conta movimento (a)	5.699.804	7.269.103
	5.702.604	7.271.603

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco Banpará.

5. Contas a Receber: Descrição

Descrição	2.017	2.016
Secretaria executiva de saúde pública (a)	23.108.691	19.497.932
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(6.864.013)	(5.640.804)
	16.244.678	13.857.128

(a) Secretaria executiva de Saúde Pública: As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato

8. Imobilizado e Intangível**A) Composição: Itens**

Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Benefitorias	4.311.426	(771.619)	3.539.807
Instalações	73.242	(31.501)	41.741
Instrumentos médicos hospitalares	733.707	(384.376)	349.331
Equipamentos de informática	1.561.602	(975.340)	586.262
Máquinas e equipamentos hospitalares	11.119.280	(4.945.035)	6.174.245
Móveis e Utensílios de Escritório	1.244.416	(450.664)	793.752
Móveis e Utensílios Hospitalares	1.114.249	(505.987)	608.262
Adiantamento a fornecedor	77.376	-	77.376
(-) Subvenções a realizar	(4.702.520)	-	(4.702.520)
Total imobilizado	15.532.778	(8.064.522)	7.468.256
Direito de uso de software	274.556	(216.066)	58.490
Total intangível	274.556	(216.066)	58.490

B) Movimentação: Itens

Itens	Saldo em 31/12/16	Adições	Depreciação e realização	Saldo em 31/12/17
Benefitorias	4.311.426	-	-	4.311.426
Instalações	73.242	-	-	73.242
Instrumentos médicos hospitalares	533.633	200.074	-	733.707
Equipamentos de informática	1.321.004	240.598	-	1.561.602
Máquinas e equipamentos hospitalares	10.480.598	638.682	-	11.119.280
Móveis e Utensílios de escritório	978.037	266.379	-	1.244.416
Móveis e Utensílios Hospitalares	982.275	131.974	-	1.114.249
Adiantamento a fornecedores	-	77.376	-	77.376
(-) Subvenções a realizar *	(5.444.985)	(396.000)	1.138.465	(4.702.520)
(-) Depreciação	(6.482.110)	-	(1.582.412)	(8.064.522)
Total imobilizado	6.753.120	1.159.083	(443.947)	7.468.256
Direito de uso de software	274.556	-	-	274.556
(-) Amortização	(173.911)	-	(42.155)	(216.066)
Total intangível	100.945	-	(42.155)	58.490
Total geral	6.854.065	1.159.083	(486.102)	7.526.048

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação dos ativos. **C) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Benefitorias	4,0%
Instalações	10,0%
Instrumentos médicos hospitalares	10,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e Utensílios de Escritório	10,0%
Móveis e Utensílios Hospitalares	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

9. Fornecedores: Descrição

Descrição	2.017	2.016
Materiais e medicamentos	3.174.369	3.720.209
Serviços de terceiros	1.729.454	2.036.267
Imobilizado	45.474	90.623
	4.949.297	5.847.099

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.017	2.016
Honorários médicos pessoa jurídica	2.673.887	2.184.682
	2.673.887	2.184.682

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	1.982.121	1.679.290
Provisão para dissídio coletivo (a)	259.024	843.081
FGTS	307.273	258.794
INSS	208.307	329.959
Provisão de férias e encargos	3.350.403	2.896.483
Outras	25.717	80.271
	6.132.845	6.087.878

de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 7.054.512. **(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Constituída para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, sem expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. A movimentação do exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo em 1º de Janeiro	(5.640.804)	(3.052.045)
Complemento de provisão	(1.223.209)	(2.588.759)
Saldo em 31 de dezembro	(6.864.013)	(5.640.804)

7. Partes Relacionadas

Descrição	2.017	2.016
Empréstimos entre unidades - filiais (a)	2.495.382	2.518.787
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	(786.092)	(409.716)
	1.709.290	2.109.071

(a) - **Empréstimos:** Corresponde a empréstimos efetuados às outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. São elas: Hospital de Altamira, Hospital de Marabá e Hospital Oncológico. **(b) - Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a passar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

Descrição	2.017	2.016
Saldo inicial	3.529.037	2.703.141
Adições (Nota 15-despesa com pessoal)	1.088.485	1.011.388
Baixas por rescisões de contratos	(203.135)	(185.492)
Saldo final	4.414.387	3.529.037

(a) **Provisão para dissídio coletivo:** Em 31 de dezembro de 2017, corresponde ao dissídio coletivo do SINTHOSP, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,85%, de setembro a dezembro de 2017. **12. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo inicial	3.529.037	2.703.141
Adições (Nota 15-despesa com pessoal)	1.088.485	1.011.388
Baixas por rescisões de contratos	(203.135)	(185.492)
Saldo final	4.414.387	3.529.037

13. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. No exercício de 2017, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, não identificou contingências prováveis de perda e autorizou a reversão da provisão no montante de R\$ 13.372.

14. Receitas de Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.017

montaram R\$ 121.543.994 (2.016 - R\$ 105.813.347).

15. Despesas com Pessoal

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	(21.208.952)	(18.781.413)
Insalubridade	(2.276.127)	(2.221.125)
Horas extras	(1.318.636)	(1.000.723)
Décimo terceiro salário	(2.464.690)	(1.870.330)
Férias	(3.307.914)	(2.684.210)
FGTS	(2.605.530)	(2.183.002)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(1.088.485)	(1.011.388)
Contribuição Patronal ao INSS	(8.923.157)	(7.315.979)
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	8.923.157	7.315.979
PIS	(242.418)	-
(-) Isenção da Contribuição ao PIS (a)	171.741	-
Outras despesas com pessoal	(1.689.433)	(1.716.547)
	(36.030.444)	(31.468.738)

(a) Em fevereiro de 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário nº 636.941/RS, onde decidiu que as entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos legais, são isentas à contribuição ao PIS/Pasep. Assim, a partir de maio de 2.017 a entidade deixou de recolher a contribuição ao PIS sobre as despesas com pessoal, bem como, passou a registrar a isenção correspondente no resultado do exercício.

16. Serviços de Terceiros

Descrição	2.017	2.016
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(28.379.917)	(26.341.452)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(9.296.901)	(10.362.310)
	(37.676.818)	(36.703.762)

17. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.

18. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.017	2.016
Medicamentos	(9.521.905)	(7.532.305)
Filmes radiológicos e fios cirúrgicos	(488.508)	(425.868)
Órtese e prótese	(2.377.135)	(2.408.827)
Materiais de uso do paciente (consumo)	(10.665.749)	(8.797.278)
Gases medicinais	(1.211.537)	(1.206.090)
Gêneros alimentícios	(1.324.292)	(1.078.570)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.247.207)	(1.145.774)
Materiais de conservação, reparos e consumos diversos	(499.278)	(491.396)
Impressos e materiais de expediente	(589.175)	(527.436)
Pecas e acessórios de reposição	(1.337.005)	(951.524)
Outros	(359.290)	(611.331)
	(29.621.081)	(25.176.399)

19. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.017	2.016
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	5.702.604	7.271.603
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	16.244.678	13.857.128
Partes relacionadas	1.709.290	2.109.071
Total	23.656.572	23.237.802
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	4.949.297	5.847.099
Honorários médicos	2.673.887	2.184.682
Total	7.623.184	8.031.781

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

20. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.017 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 15 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades.

21. Imunidade e Isenção Tributária: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS. ▶continua